

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Bacharelado em História



Trabalho de Conclusão de Curso

**Uma revisão historiográfica:**

a controvérsia entre o artesanato indígena e o comércio

**Halana Zschornack**

Pelotas, 2022

**Halana Zschornack**

**Uma revisão historiográfica:**  
a controvérsia entre o artesanato indígena e o comércio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Inez Klein

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

Z92r Zschornack, Halana

Uma revisão historiográfica : a controvérsia entre o artesanato indígena e o comércio / Halana Zschornack ; Ana Inez Klein, orientadora. — Pelotas, 2022.

44 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Artesanato indígena. 2. Comercialização. 3. Identidade. 4. Arte. 5. Cosmologia. I. Klein, Ana Inez, orient. II. Título.

CDD : 907

**Banca examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Inez Klein (Orientadora)

---

Prof. Dr. Paulo Pezat

---

Prof. Dr. Paulo Possamai

---

## **Agradecimentos**

À Universidade Federal de Pelotas, em especial ao meu curso de origem pelo amplo conhecimento proporcionado, e àqueles contíguos, por tornar possível o aprendizado de novas abordagens e perspectivas imprescindíveis para construção deste trabalho.

À Jordana, pela amizade e companheirismo, por ter permanecido ao meu lado desde o início de nossa trajetória enquanto estudantes.

Ao Freddy, por todo o apoio, dedicação e amor de todos os dias. Sou grata pelo nosso encontro e pelos anos que vivemos juntos.

À professora Ana Inez Klein, pela tranquilidade passada durante esta parte final de minha formação.

Ao Bruno, cunhado, amigo e professor, agradeço pelo auxílio com o resumo em inglês.

## Resumo

ZSCHORNACK; Halana. **Uma revisão historiográfica:** a controvérsia entre o artesanato indígena e o comércio. Orientadora: Ana Inez Klein. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma revisão historiográfica a respeito de algumas abordagens que circundam o artesanato indígena brasileiro. Argumenta-se acerca da controvérsia que interpõe-se entre a feitura das peças e a comercialização, as intervenções praticáveis dentro da realidade imposta e, além disso, discute-se a relação entre objeto e pessoa, os significados, representações e ações suscitados por meio dessa relação. A atuação dos tempos passado e presente nas formações e transformações das identidades, bem como, compreender que as culturas indígenas são igualmente passíveis de mudança evidencia uma nova perspectiva acerca da questão da perda cultural das comunidades indígenas na conjuntura atual. A fim de somar à temática do artesanato, desenvolveu-se a argumentação acerca da imprescindibilidade da conscientização de todas as sociedades no que se refere à defesa e ao cuidado com a natureza. Nesse sentido, pontuou-se também a necessidade em denunciar as ações violentas e criminosas sofridas pelos povos indígenas e pelas florestas.

Palavras-chave: Artesanato indígena. Comercialização. Identidade. Arte. Cosmologia.

## Abstract

ZSCHORNACK; Halana. **Uma revisão historiográfica:** a controvérsia entre o artesanato indígena e o comércio. Orientadora: Ana Inez Klein. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

This paper was developed from a historiographical review towards some of the approaches surrounding brazilian indigenous handcraft. Its argument was created concerning the arisen controversy between the crafting and the commercialization of said art pieces, practicable interventions within the imposed reality and, beyond that, it also argues about the relation between object and person, the meanings, representations and actions induced by that relation. The action of past and present times on the formation and transformation of their identities, as well as the comprehension that indigenous cultures are equally subjects to change highlights a new perspective towards the matter of cultural loss from indigenous communities at the current conjuncture. Aiming to add to the material culture theme, an argument has been developed apropos of the indispensability of conscientization of all societies concerning their defense and care with nature. In this sense, it has been pointed out the need to report violent and criminal actions suffered by indigenous people in forests.

Keywords: Indigenous handcraft. Commercialization. Identity. Art. Cosmology.

## Lista de Figuras

Figura 1	Banco em formato de ave produzido em madeira.....	15
Figura 2	Casinha produzida em cipó.....	15
Figura 3	Tucano produzido em madeira.....	15
Figura 4	Panfleto alusivo à loja de artesanatos.....	16
Figura 5	Reverso do panfleto.....	16
Figura 6	Cesto colorido com tampa produzido em palha.....	26



## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1 O elo entre artesanato, natureza e consumo.....</b>	<b>11</b>
1.1 O artesanato como manifestação.....	11
1.2 O artesanato para o comércio?.....	13
1.3 Tradições inalteráveis?.....	19
1.4 Reciclar para explorar.....	23
<b>2 Para além do objeto precificado.....</b>	<b>27</b>
<b>3 As cosmologias em atividade.....</b>	<b>32</b>
3.1 Um apelo indígena.....	32
3.2 Os objetos nas cosmologias indígenas.....	34
<b>4 Considerações Finais.....</b>	<b>40</b>
<b>Referências.....</b>	<b>42</b>

## **Introdução**

São várias as dificuldades enfrentadas pelas pessoas indígenas no mundo atual, aquelas atreladas à moradia e ao sustento, a explícita desvalorização e precarização das diversas culturas e também a manifesta violência que atinge a natureza e as comunidades nativas.

O intenso contato com a sociedade dominante está intimamente relacionado com a condição vigente de negligência e indigência da população indígena. As atividades de subsistência que anteriormente resumiam-se, sobretudo, à caça, plantio e coleta tornaram-se cada vez mais distantes do cotidiano dessas pessoas, que agora padecem devido à exploração de seus trabalhos no ramo da agricultura. Deixando uma lacuna para o sustento, essas atividades anteriormente costumeiras, deixaram de ser recorrentes no mundo indígena, o artesanato, ainda que suscite controvérsia, emerge como principal forma de provisão para as pessoas nativas.

Esta pesquisa partiu de um interesse particular acerca da produção de artesanatos brasileiros, sobretudo, aqueles que integram a cultura material indígena. As disciplinas que realizei em alguns cursos vizinhos à História, como os cursos de Antropologia e Artes Visuais agregaram sobremaneira ao desenvolvimento deste trabalho. Os assuntos abordados em minha formação de origem aliados àqueles estudados em cursos contíguos foram imprescindíveis na concepção e elaboração deste tema, uma vez que provocaram o surgimento de novas perspectivas.

Durante a pesquisa percorri alguns aspectos da relação entre os objetos produzidos artesanalmente e as cosmologias segundo a visão das sociedades indígenas e a importância da interpretação anímica unida às cosmologias desses povos, ou seja, a concepção de que as coisas ou os seres compreendidos como não-humanos para os não-indígenas, são capazes de comunicarem-se e possuem espírito, tal como as pessoas. Nesse sentido, tanto o sol, o vento, as plantas quanto uma forma materializada existem enquanto pessoas, assim, interagem como seres vivos e estão no mundo como qualquer outro ser.

No decorrer do processo também argumentei acerca da interação das comunidades indígenas com a natureza e a conduta exploratória e abusiva resultante do contato com o não-indígena. Em princípio, a utilização indevida dos métodos tecnológicos e industriais vai de encontro às práticas compreendidas como saudáveis para a natureza, que se encontra frequentemente ameaçada por

incurções predatórias. Os habitantes que a sustentam e que dela desfrutam, ao estabelecerem uma relação responsável de retribuição, são, então, percebidos como os principais responsáveis pela proteção e continuidade da existência do planeta, papel este que deveria ser desempenhado por todos os cidadãos e cidadãs de todas as sociedades (RODRIGUES; SANTOS, 2014).

Os conhecimentos que são resultado de práticas passadas e os conhecimentos recentes, ainda que modificados no decorrer do tempo, são imprescindíveis para o equilíbrio e conservação da natureza, bem como, para preservação da diversidade de culturas que nela habita. Portanto, torna-se evidente a importância do contexto cultural e social em íntimo contato com a natureza, a fim de que seja estabelecido o desenvolvimento tanto ambiental quanto social.

Além disso, procurei ressaltar os diversos pontos que sustentam os lados opostos acerca do processo de elaboração e do comércio de artesanatos. Os objetos voltados à venda atuam como uma alternativa exequível ao indígena tendo em vista a dependência de materiais industrializados que o sistema capitalista impõe às sociedades. Por outro lado, despontam argumentos questionando-se até que ponto essa relação não descaracteriza as identidades dos povos originários.

A relação obrigatória com o capitalismo, motivada pela atividade artesanal, poderia sujeitá-los a outras atividades que os tornariam empregados do sistema. Apesar disso, o comércio de artesanatos poderia fazer-se uma alternativa, de maneira a afastá-los da exploratória prestação de serviços em lavouras. Apelar, então, ao comércio, seria uma medida factível? Caberia o incentivo comercial dos órgãos responsáveis pela vida das pessoas indígenas, tendo em vista a disseminação do artesanato na sociedade dos brancos? (RIBEIRO, 1983).

Descaracterizar conduz à compreensão de que a necessidade de vender para sobreviver distorce o sentido da preservação e manutenção das culturas nativas. Além disso, a produção com este propósito pode também descaracterizá-los à medida que o motivo artístico é negligenciado em detrimento de formas e formatos inventados para o comércio e ainda existe a preocupação acerca do tempo dispensado à atividade artesanal, podendo, então, interferir nos demais afazeres do grupo (RIBEIRO, 1983). Todavia, qual intervenção seria praticável enquanto ainda todos formos integrantes de um sistema econômico desigual e injusto? A que medida eficaz e imediata poderíamos recorrer tendo em vista a realidade que lhes é imposta?

## 1. O elo entre artesanato, natureza e consumo

### 1.1. O artesanato como manifestação

O artesanato é comumente entendido como uma atividade produtiva que dispensa a utilização de maquinários industrializados. Porém, o retrato do artesanato vai além, trata-se de uma atividade que possibilita o constante movimento nos relacionamentos interpessoais, no âmbito cultural e cosmológico.

Além de imprescindíveis para o desenvolvimento da cultura indígena, as práticas artesanais são cada vez mais uma fonte de renda para as famílias inseridas nesse contexto. Ainda que muitas práticas persistam até os nossos dias, os povos indígenas foram submetidos a muitas adversidades ao longo dos séculos. A população da reserva Kaingang, estudada e apresentada por Ferrazzo (2011) em sua dissertação, foi apenas um grupo dos diversos reduzidos pela metade devido à precariedade nas condições de vida, motivo que impeliu as pessoas a migrarem a outras terras à procura de formas de sustentarem-se. Este é um processo comum nos dias que se seguem, o abandono de uma terra em que a produtividade tornou-se escassa à procura de um espaço fértil, para que assim aquela terra infértil possa renovar-se com o passar do tempo.

Desde o período colonial, considerados um atraso para a ideia de progresso dos europeus, os indígenas foram acumulados nos reduzidos espaços dos aldeamentos, limitaram-lhes o acesso à natureza, desmataram suas florestas e forçaram-lhes ao trabalho precário. Privaram-lhes de suas próprias identidades tendo em vista a lucrar com o projeto de suposto desenvolvimento de suas terras (NÖTZOLD; SALVARO; SILVA, 2006). A situação precária a que a maior parte dos grupos indígenas estão submetidos se deu pelo contato opressor com a sociedade dominante, sobretudo quanto ao relacionamento fora das aldeias entre os grupos sociais distintos. Quando sujeitos às relações com os brancos, tornaram-se constantemente dependentes de seu sistema, compram por necessidade e vendem pela mesma razão. À medida que estabelecem uma inconciliável relação de consumo, as pessoas indígenas privam-se de suas próprias vidas.

É sabida a forma como os povos indígenas subsistiam e, embora muito limitados, ainda vivem este cotidiano, por meio da pesca, da coleta, caça e do plantio de raízes e frutas. Em virtude das dificuldades ainda maiores nos dias atuais, esses grupos têm de submeterem-se à prestação de serviços aos produtores rurais,

têm de sobreviverem atuando em terras administradas pelo órgão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ou como ambulantes nos centros das cidades, todavia, grande parte sustenta-se da produção do artesanato. A atividade artesanal proporciona, portanto, um fortalecimento da cultura indígena e o crescimento e desenvolvimento dos grupos. Por meio da produção do artesanato estabelece-se uma relação direta com a sociedade mercadológica. Segundo a autora, é a partir dessa troca entre etnias, em que as peças indígenas fazem o intermédio, que se alcança o sucesso do artesanato na sociedade não-indígena (FERRAZZO, 2011).

A prática do artesanato é compreendida como uma possibilidade de sobrevivência devido ao apelo das peças na esfera do mercado turístico. A autora afirma que não é a intenção elevar-se socialmente, tampouco expandir a atividade na área dos negócios ou exportar seus trabalhos, conforme diz, satisfazem-se com pouco e pretendem ter sua arte em próprio controle, muito devido à possibilidade de outros deturparem ou falsificarem seus trabalhos (FERRAZZO, 2011). Todavia, essa condição representa ser muito mais uma limitação social imposta do que um desejo do grupo. Sendo assim, é mais correto afirmar que o mundo do mercado não permite a ascensão dos grupos indígenas, tampouco os órgãos responsáveis movem-se contra essa realidade. Parte dessas organizações parece existir, no entanto, apenas como campanha de boa humanidade, para que se possa vislumbrar superficialmente a humanidade que acreditamos ser.

Para o sistema de consumo, o ser humano só faz-se útil quando produz, tanto para reproduzir o sistema quanto para manter a si mesmo. A humanidade transformou o mundo em uma mercadoria, os brancos aprendem esse funcionamento desde cedo e assim dá-se a reprodução naturalizada desse sistema. Dessa forma, quando ele não mais produz, ele se torna uma despesa. “[...] O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos” (KRENAK, 2020, p. 113). Devido a isso, os outros que não são civilizados, são, portanto, julgados preguiçosos.

Ainda que vivamos em uma época contraditória, em que jamais dispomos de tanta informação como nesse momento, ao mesmo tempo em que todos os dias dissemina-se progressivamente a desinformação pelo mundo, deve-se ter precaução com a informação, por vezes preconceituosa, que é largamente

propagada repetidas vezes. É um exemplo disso a caracterização preconcebida do indígena nu, preguiçoso e desorganizado, de aspecto selvagem e isolado da nossa sociedade. Ao contrário dessa imagem que deve ser combatida, os grupos indígenas organizam-se de modo próprio e distinto, alimentam-se e vestem-se de acordo com suas culturas, valorizam e dão prioridade aos aspectos diversos da vida (NÖTZOLD; SALVARO; SILVA, 2006).

Afastamo-nos dos povos indígenas à medida que atribuímos a eles adjetivos que convencionamos repetir: “tradicional”, “obsoleto”, “primitivo”. Supostamente os colocamos em um espaço demarcado para que existam de acordo com seus costumes e fingimos que não estão perto suficientemente de nossos cotidianos. É correto interpretar que o diferente frequentemente causa estranhamento e, por vezes, resulta em ideias preconceituosas e intolerantes. De forma alguma tratam-se de povos isolados e distantes, a cultura material indígena está pouco a pouco mais evidente e ainda mais presente na sociedade não-indígena. Os objetos artesanais ascendem na esfera do mercado como símbolos de resistência em meio a uma população orientada ao consumo, isto é, não se pode, portanto, ignorar o impacto do artesanato indígena no grande mercado.

## 1.2. O artesanato para o comércio?

Antes de uso exclusivo e adaptado às atividades cotidianas, o artesanato, nos dias atuais, adquiriu outras funções, sobretudo devido às transformações no relacionamento entre os indígenas e os não-indígenas. A produção de artesanatos para a finalidade de comércio é um tema deveras controverso entre os pesquisadores vinculados à questão indígena. De maneira progressiva essas peças têm ocupado espaço no mercado brasileiro, entretanto, ressalta-se a importância em considerar e ponderar acerca dos aspectos material e simbólico que permeiam e interferem em suas existências.

A prática do artesanato é compreendida como uma maneira de impulsionar a autonomia dos indivíduos indígenas no mundo capitalista, no entanto, Faraco (2015) suscita a reflexão acerca de outras perspectivas a serem avaliadas sobre o artesanato, além daquela que se refere à fonte de renda. A autora assevera que a produção do artesanato depende, via de regra, do aspecto tradicional da peça, e portanto, quando são consumidas por não-indígenas o sentido é alterado e por vezes até deturpado. Os objetos produzidos com vista à comercialização, portanto,

têm de evidenciar o caráter tradicional para que resultem em lucro. A preocupação acerca da valorização da cultura indígena, nessa perspectiva, além da conservação dessa tradição, passa a ser também a conservação de uma cultura precificada e, por consequência, uma cultura desvalorizada.

Somado ao argumento, a larga divulgação voltada ao consumidor alheio às comunidades indígenas pode também precarizar e deturpar o significado da cultura material indígena. Além disso, a pouca valorização do produto final do artesão não acarretaria em uma compensação substancial, apenas imporia maior distância às suas tarefas cotidianas, como caçador e coletor e, para mais, o desprendimento dos próprios hábitos cotidianos, ou seja, a substituição da produção de utensílios domésticos para o dia-a-dia e o conseqüente emprego de utensílios industrializados compostos de materiais como o alumínio e o plástico, objetos cada vez mais entendidos como bens de investimento, são também um efeito da comercialização desmedida (RIBEIRO, 1983).

De modo a abordar o tema relacionado à natureza, a diversidade de produtos artesanais disponíveis ao consumidor torna a matéria-prima pouco a pouco mais escassa, sobretudo aqueles produtos que são retirados da natureza com a finalidade de concepção de um objeto cuja aparência vincula-se às cerimônias indígenas. Aliado a isso, uma outra problemática associada ao tema concerne à evidente desigualdade no momento da retribuição pelo produto indígena. Paga-se pouco por artigos confeccionados artesanalmente em uma sociedade que consome majoritariamente objetos produzidos em série por grandes indústrias (RIBEIRO, 1983).

A decoração como forma de expressão artística, aliada a uma crescente valorização da nossa nacionalidade dotada de diversidades, promoveu um grande interesse da população por objetos originalmente brasileiros confeccionados a partir de uma diversidade de materiais. São produzidos objetos decorativos por meio de cerâmica, como jarros, panelas, vasos, pratos; também a partir da palha ou cipó, como cestarias, tapetes, luminárias, redes; a partir da madeira, como bancos, esculturas de animais, cumbucas, gamelas; e até mesmo peças produzidas a partir de sementes, como colares e esculturas.



Figura 1 - Banco em formato de ave produzido em madeira  
 Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.



Figura 2 - Casinha produzida em cipó  
 Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.



Figura 3 - Tucano produzido em madeira  
 Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.

Tendo em vista este cenário marcado pela tendência na área de decorações que visa incorporar objetos artesanais nacionais às casas brasileiras, surge uma controvérsia acerca do valor simbólico e do aspecto tradicional atribuído ao objeto. Pressupõe-se uma conduta que valida a apropriação de parte dos profissionais da área do *design* em relação ao artesanato brasileiro com a finalidade de conduzir à feitura dos objetos de modo a tornar as peças mais adequadas à tendência da sociedade não-indígena, ou seja, tornando-as comercializáveis. A questão



estende-se quando se trata da remuneração devida sobre o serviço. Aqueles que fazem o intermédio entre o artesão e o consumidor, isto é, os institutos ou organizações indígenas, os empreendedores ou profissionais pertencentes à área de decoração, através de propagandas, conforme sugerem as figuras 4 e 5, muitas vezes retiram um ganho superior em relação ao próprio artesão sobre o produto final.



Figura 4 - Panfleto alusivo à loja de artesanatos  
Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.

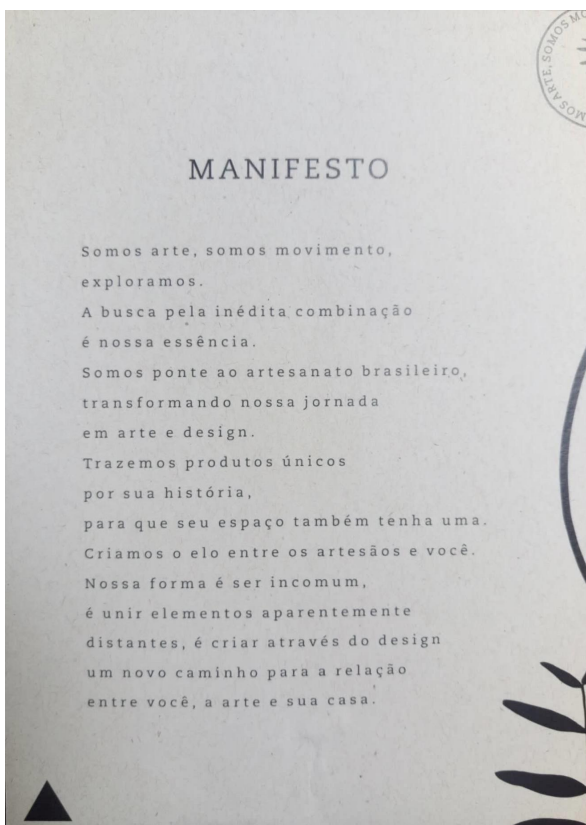


Figura 5 - Reverso do panfleto  
Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.

Todo o processo que envolve o artesanato, isto é, a procura pelo material, a produção e a venda resultam na interação entre objetos e diversas pessoas. Nessa relação é possível supor que haja um sentido de pertencimento e representação indígena, todavia, essa relação ainda acontece de forma desigual entre indígenas e o restante da sociedade. Os objetos do cotidiano indígena passam a ter valor de venda assim que suscitam a curiosidade do comprador, que utiliza essas peças como decorativas. O artesão, logo, compreende a necessidade em vender, de forma a atender as expectativas do mercado, ressignificando, assim, a própria cultura. É, portanto, através de instruções acerca do que é aceitável enquanto tendência na

área de interiores, isto é, a seleção de material ou traços característicos por indivíduos, muitas vezes, alheios aos costumes indígenas, que ocasiona a apropriação dessas culturas de maneira a reificá-la (FARACO, 2015).

Além disso, o profissional capaz de assimilar criatividade e tendência alia-se ao mercado cultural com o propósito de intermediar o processo criativo e mercadológico tendo em vista também o desenvolvimento regional e turístico. O valor cultural atribuído à peça torna-se uma reprodução de traços tradicionais nos objetos, resultando em um apelo puramente estético. Em uma esfera da sociedade em que a aparência e a reputação são determinantes para a impulsionar o mercado, o prestígio da peça muitas vezes é atrelado à influência do profissional de *design* mais do que do artesão. Frequentemente a disseminação do nome do *designer* e o posterior discurso acerca da importância em desbravar as diversas formas de fazer dos artesãos brasileiros sugerem uma forma dentro de um sistema que insiste na exploração e descaracterização dos povos originários.

O conjunto de argumentos aponta para a inegabilidade do modo como capitalizaram a arte de fazer os objetos indígenas, tornando-os supérfluos, sobretudo por atingir um caráter comercial visando somente parte da sociedade, produzindo, assim, um objeto sem razão de ser. Ao mesmo tempo, faz-se indispensável recorrer às circunstâncias atuais as quais existimos. Esquecer propositadamente que vivemos regidos por um sistema que se estrutura no comércio, inflexibilizando, assim, qualquer alternativa que viabilize a provisão das famílias indígenas, não representa ser uma ação assertiva que reduza ou, ainda, solucione a problemática que circunda o artesanato. Além disso, é perceptível o fomento praticado pelo setor de decoração em relação aos objetos artesanais, ou seja, a participação dos *designers* por certo promove, ainda assim, a valorização e reconhecimento da cultura indígena através de seus objetos, sendo estes impulsionados em eventos, feiras e lojas.

É correto considerar e alertar acerca da perspectiva que rejeita o artesanato como produto industrializável, no entanto, é também inegável a importância desses objetos como atuantes no comércio, pois ainda desempenham a função de incentivar e reafirmar as identidades das comunidades indígenas. À medida que parte seleta da sociedade dominante valoriza os objetos indígenas, torna-se evidente a eminência dos produtos e a importância da cultura e expressão indígenas, tendo em vista a precariedade e falta de originalidade característicos dos

produtos industrializados, ainda que por vezes esses produtos sejam consumidos por despertar interesse àquilo que é distinto ou nunca visto, atribuindo-se um caráter primitivo às peças (RIBEIRO, 1983).

A atividade artesanal voltada ao comércio permite ao indígena a permanência das práticas culturais habituais, incentivando, assim, a reprodução dos seus saberes e expressões tradicionais em comunhão com o grupo. A produção do artesanato torna-se uma alternativa que impõe obstáculos às outras atividades, como a lida nas terras de agricultores ou em outros empreendimentos. Aliado a isso, o sustento por meio dessa prática faz-se muito mais digno a considerar as outras alternativas, tendo em vista a imprescindibilidade em manter uma renda existindo sob o sistema capitalista. Para isso, os órgãos responsáveis pelos interesses das pessoas indígenas deveriam estimular e tornar possível o preparo desses grupos de artesãos para gerenciar a própria comercialização de peças. Ao tornar possível que os indígenas possuam a autonomia necessária para uma vida digna, a comunidade preservar-se-á da imposição capitalista que pretende lucrar com o artesanato ou ainda, torná-lo extinto (RIBEIRO, 1983).

A autora sugere ainda outras intervenções acerca do relacionamento entre mercado e artesanato. A questão da preservação da natureza baseia-se na ponderação sobre o que deve ou não ser comercializado. Aquilo que se torna disponível no mercado não deve representar a totalidade do que é produzido para a própria utilização dos indivíduos indígenas, seja um item utilitário ou cerimonial. A cultura material, nesse sentido, diz respeito à conservação e reprodução da comunidade. Então priorizar e focalizar o comércio de cestarias ou cerâmicas indígenas resultaria em uma alternativa para a questão do risco de extinção das espécies e preservaria os saberes dos artesãos, ao mesmo tempo que não testemunhámos a venda desenfreada da cultura indígena. O artesão, inclusive, obterá o devido lucro, ao dirigir-se a um público específico, de forma a evitar o público maior, pretendendo, dessa forma, tornar a atividade menos mecânica e sequencial. Conforme sugere Ribeiro (1983), as instituições responsáveis pelos interesses de pessoas indígenas deveriam desestimular a comercialização de artefatos vinculados aos rituais, sobretudo os adornos plumários, pois se vendidos em grandes quantidades, os animais e plantas cujas partes são retiradas para a composição dos objetos podem adentrar à lista de extinção.

Enquanto estas circunstâncias desmedidas sobre o comércio persistirem, as condições para o trabalho do artesanato indígena ainda serão de exploração. Quando o processo torna-se mecânico a prioridade baseia-se na quantidade e não na qualidade. Será por via da politização e organização interna dos artesãos que a comercialização do artesanato não conduzirá a atividade ao benefício da sociedade dominante.

### 1.3. Tradições inalteráveis?

Quando abordada a temática do artesanato, existe ainda uma justaposição entre tradição e inovação. A perspectiva suscitada pela particularidade tradicional da peça torna-se muito atraente, sobretudo, para o consumidor desses objetos. Já para os pesquisadores dessas culturas, via de regra, é imperativo que o aspecto que remeta à ancestralidade dos povos indígenas seja preservado e reproduzido. Sob essas perspectivas, portanto, deduz-se que os povos nativos pararam no tempo, e junto deles, suas culturas permaneceram inalteradas. A insistência fixa no discurso que se reduz ao caráter tradicional ignora as transformações culturais constantes de quaisquer povos, e inclina-se a naturalizar estereótipos sociais. A inovação, logo, não alcança essas pessoas, sendo uma característica apenas da sociedade dominante.

No que tange à relação entre as pessoas nativas e o restante da população, Bregalda (2010) discorre acerca do sentido da atemporalidade e do anonimato fixado sobre a cultura material indígena. À medida que os artesanatos são trazidos ao contexto do branco, espera-se que esses objetos cumpram com uma função já estabelecida e imutável, que sejam confeccionados da mesma maneira que seus antepassados o faziam e que satisfaçam o pressuposto da população capitalista. Assim, condena-se a criatividade dos artesãos que produzem as peças ao mesmo tempo que as experiências indígenas e os posteriores processos de mudança são desconsiderados, de modo a sentenciar aos povos indígenas a uma tradição inalterável.

A possibilidade de transformação e a promessa de inovação, por outro lado, são muito bem vindas em nossa cultura, à medida que buscamos a novidade, não perdemos-nos culturalmente. Ao mesmo tempo, nos predispomos a julgar os povos indígenas, se porventura, aproximam-se de um meio que não seja o tradicional, ainda que vivamos em uma sociedade ditada pelos brancos e regida pelo

capitalismo, tornando-se, muitas vezes, impraticável viver de outro modo (BREGALDA, 2010).

Acostumamo-nos a designá-los como tradicionais. Julgamos, assim, as pessoas indígenas como artefatos de um mundo distante e obsoleto, como se as próprias pessoas e as suas produções não fossem passíveis de transformações, ainda que, de certa forma, pensamos que a mudança, ao longo do tempo praticada pelos grupos indígenas, tenha de ser praticada conforme o que nós, como indivíduos brancos, entendemos por mudança. A naturalização desse espaço inferior e comum em que os posicionamos não lhes é cabido, a diversidade da cultura material presente no Brasil ainda hoje encontra dificuldade quanto à visibilidade fora do território brasileiro.

Para os ameríndios, ao discutir arte, é indissociável a relação entre corpo e pessoa. As pinturas e os objetos podem também ser concebidos como extensões dos corpos. Busca-se, então, evidenciar por meio das subjetividades dos não-humanos a construção do humano em si. Por outro lado, a visão eurocêntrica determina o que deve e o que não deve ser considerado arte e, também, define o que pode ser prestigiado como uma arte universal e o que está delimitado à arte local. Quanto maior for o fomento pela valorização das diversas artes locais encaradas como marginalizadas, a crença na existência de uma única arte aceita no mundo esgota-se ou o efeito dessa idealização, ao menos, será minimizada (BREGALDA, 2010).

A função da arte não está pautada apenas na contemplação do que é belo e simétrico, ela também tem parte em provocar sensações diversas. É por meio dos objetos e, conseqüentemente, das intenções e encargos depositados neles que se torna possível coexistir no mundo, deles extraem-se as reações, os sentidos, as relações (LAGROU, 2009).

É exatamente esta distinção entre arte e artefato que a maioria das etnografias sobre a produção de artefatos e artes indígenas vem negando há mais de dez anos: não há distinção entre a beleza produtiva de uma panela para cozinhar alimentos, uma criança bem cuidada e decorada e um banco esculpido com esmero. Como afirmam os Piaroa (Venezuela) todos estes itens, desde pessoas a objetos, são frutos dos pensamentos (*a'kwa*) do seu produtor, além de terem capacidades agentivas próprias: são belas porque funcionam, não porque comunicam, mas porque agem (LAGROU, 2009, pg. 35).

Para os povos indígenas não existe distinção entre arte e artefato, ou seja, objetos que são produzidos unicamente para contemplação e outros que podem

agregar funcionalidade. Este conceito de arte amplamente reconhecido que os afasta, ainda é pouco questionado no mundo (LAGROU, 2009).

A suposta contrariedade entre tradição e inovação deturpou o conceito de identidade. À medida que nossas identidades se alteram ao longo do tempo, não necessariamente a noção de pertencimento torna-se inexistente. A questão está em administrar o que se passou com o que está por vir, independentemente do que a sociedade determine ser uma característica cultural permanente e imutável. É nesse sentido que pensar em inovação e mudança não deveria ser um fator determinante a sentenciar a descaracterização da pessoa indígena (BREGALDA, 2010).

A temática a respeito da inovação pressupõe uma intersecção entre a atividade da caça, a prática do artesanato e as funções masculinas. Em relação às funções atribuídas aos homens e às mulheres indígenas ao longo dos séculos, a atividade da caça, via de regra, esteve atrelada ao mundo dos homens, daí, então, provinha o sustento familiar. Nos dias que se seguem, a feitura e posterior venda do artesanato são também funções atribuídas, em geral, aos homens (FARACO, 2015).

Todavia, não se trata somente de uma simples mudança de atividades. O surgimento de eventos em diversos contextos ocasionaram essa transformação na forma de viver indígena, sobretudo, interferências exteriores aos grupos indígenas, como a influência de uma sociedade vigente estruturada nas relações de poder e marcada pelo sistema patriarcal, bem como, a condição imposta de precariedade social.

Segundo Ferrazzo (2011), um importante aspecto atribuído à arte estampada nos objetos diz respeito à memória indígena desenvolvida pelos artesãos ao longo do tempo através da relação interpessoal, bem como, a noção de pertencimento que essa interação acarreta, determinando um lugar afirmativo para as comunidades indígenas perante os não-indígenas. Para Pollak (1989), a definição do que é comum ao grupo e os aspectos que o difere dos outros grupos fazem-se determinantes para a construção do sentimento de pertencimento da comunidade. À vista disso, torna-se evidente que duas das alternativas sugeridas por Ribeiro (1983, p. 25-26) em seus escritos preconizam a imprescindibilidade de se “Considerar que a cultura material de um grupo indígena serve à sua reprodução social e não deve ser tomada, em sua totalidade, como um artesanato para a venda a não ser no caso de coleções para museus”. Ribeiro aponta como crucial “Ter em conta que a produção artesanal *para fora* objetiva a conservação do artesanato *para dentro*,

como símbolo de identidade étnica, de autonomia cultural e econômica e de orgulho tribal”, pois, do contrário, o artesanato irá operar apenas aos interesses dos brancos, preterindo, neste contexto, o verdadeiro lado a ser beneficiado. É nesse sentido que o foco para a produção do artesanato voltado ao comércio deve focalizar, primeiramente, o próprio indígena e, de modo algum, portanto, priorizar o turista ou o transeunte das cidades.

Ao abordar a temática indissolúvel de memória e identidade deve-se relacionar não apenas as circunstâncias do passado, mas também o contexto do presente. De acordo com Woodward (2009), a identidade é determinada pela diferença, isto é, uma identidade é concebida em relação a outra, uma só pode ser o que a outra não é, ela é determinada também pelas experiências do passado com as relações sociais, culturais e econômicas do presente. A busca por uma identidade no passado significa reafirmar sua própria existência na conjuntura atual, ainda que novas identidades possam surgir nessa tentativa de reconhecer-se no passado.

Segundo Hall (1990 *apud* WOODWARD, 2009), a primeira concepção sobre a identidade diz respeito à procura por retomar a verdade sobre o próprio passado compartilhado, para assim reafirmar essa identidade. A segunda concepção assegura que ao reivindicar uma identidade reconhece-se que há uma reconstrução da mesma e também entende-se que nossa interpretação sobre o passado se modifica de forma constante.

O passado e o presente relacionam-se intimamente com a noção de memória. Candau (2012) discorre acerca da memória consistir em uma construção constantemente atualizada do passado, não uma reconstituição fiel do mesmo. O autor apresenta as três direções as quais a memória opera:

[...] uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro (CANDAU, 2012, p. 60).

A memória funciona em relação aos três tempos, ela organiza os aspectos que se passaram em relação ao movimento do tempo vigente e preconiza acerca do futuro. A tradição, assim, relaciona-se a um passado inteirado no presente, nela manifesta-se também elementos do imaginário e a resistência surge como uma esperança no futuro (CANDAU, 2012). Portelli (1997) concorda que os indivíduos

são marcados pela diferença. Ainda que mais de um indivíduo compartilhe um evento, a memória é um processo íntimo, cujas lembranças convergem ou divergem. Todavia, jamais são idênticas. Mesmo que as lembranças sejam compartilhadas com o coletivo, por ser um processo individual, o autor evita o termo “memória coletiva”.

O movimento do mundo globalizado é marcado pela desigualdade. Nesse processo ocorre a expulsão ou a inclusão de identidades em certas sociedades. Woodward (2009) alerta que a homogeneidade cultural provocada pela globalização tende a dificultar as formações de identidades em núcleos tradicionais. Por outro lado, o processo pode acarretar uma resistência e revalidação da própria cultura, podendo suscitar novas identidades, que são influenciadas por essa cultura na qual se está inserido. O movimento migratório típico das comunidades nativas revela uma variedade de identidades, muitas vezes renegadas. Todavia, uma postura de resistência pode produzir novas identidades nacionais que se voltam ao passado à procura de representação.

Nesse sentido, ao desconsiderar a perspectiva da constante mudança de identidades, o relacionamento entre passado e presente e a importância de ambos na formação e desenvolvimento das identidades, priva-se também de um modo de compreender os processos culturais experienciados pelas comunidades indígenas. Interpretar a problemática da perda cultural indígena além da perspectiva que se propõe a validar somente o aspecto da tradição enraizada no passado, pode significar um avanço nos estudos acerca da controvérsia que acompanha o tema.

#### 1.4. Reciclar para explorar

A exploração econômica dos chamados “recursos naturais”, provocada cada vez mais pelos não-indígenas, desperta um alerta acerca do desequilíbrio propositado nas florestas brasileiras. A sociedade de consumo percebe a natureza como uma posse infindável, como um recurso submisso que sempre poderá ser reciclado e sempre se sustentará. Conforme explicam o xamã Davi Kopenawa e o antropólogo Bruce Albert, trata-se de uma natureza mantida em favor da sociedade-mercado industrial. Os autores esmiúçam o significado das denominações “meio ambiente”, “recurso natural” e “natureza”:

De fato, o conceito de “meio ambiente” (*environment*) denota uma exterioridade e pressupõe, portanto, o ponto de vista de um sujeito-centro



definidor: a sociedade-mercado industrial global. A idéia de sua “proteção” remete, também, à noção de uma Natureza produtiva em vias de colapso, cujos “recursos” rarefeitos são passíveis de um gerenciamento econômico esclarecido (“sustentável”). Assim, como intui Davi, o “meio ambiente” é de fato uma Natureza marginalizada (reserva ou resíduo da exploração dos seus recursos), uma Natureza condenada e “reciclada” sob a forma de uma colcha de retalhos de sucedâneos (“áreas verdes” urbanas) ou de “unidades de conservação” (“parques naturais”, “reservas da biosfera”), objetos de uma socialidade sintética (“animação social”, “turismo ecológico”) (KOPENAWA; ALBERT, 1995, p. 20-21).

Compreende-se, então, uma perspectiva alheia àquela já estabelecida e disseminada entre a nossa sociedade. As palavras são dotadas de significados e definições e, por vezes, negligencia-se o sentido que elas carregam. Os autores comunicam uma visão que convida a pensar acerca de como nos posicionamos em relação aos termos que convencionamos reproduzir em nosso cotidiano. O contexto da sociedade em geral é construído para que seja naturalizado o pensamento que pressupõe um todo sentenciado à única tarefa de servir. Nesse sentido, a natureza presta um serviço para uma quase totalidade consumidora, que preza pela sustentabilidade.

O surgimento da preocupação com a natureza, sobretudo através da ecologia, se deu pela realidade de que o que a natureza oferece é finito, contrastando com as nossas vontades, que são infinitas. Nesta relação não se tem a troca, nós recebemos e não retribuimos, tampouco nos responsabilizamos, o que fazemos é apenas devorar o planeta por inteiro. Krenak (2020) alerta que se recolher pode significar um apelo do planeta para que desaceleremos o ritmo, o autor concorda que devemos nos educar no que se refere à natureza. Todavia, ele critica o mito da sustentabilidade, pressupõe que as pessoas se enganam ao pensar que avançarão nesse caminho, a conduta que tomam serve mais para elas próprias e suas consciências do que para o planeta.

O termo “meio ambiente” representa a ideia de uma natureza pela metade, o sentido de proteção de um ambiente em colapso significa torná-lo produtivo novamente, um recurso manipulado da maneira “correta” e “sustentável”, com a finalidade de continuar a prover aos seres humanos. A palavra “meio” da expressão “meio ambiente” remete também ao sentido de algo a ser usado e explorado para alcançar outro fim. Portanto, a natureza que restará será uma natureza extorquida e reciclada para novamente ser explorada (KOPENAWA; ALBERT, 1995).

A valorização excessiva da matéria, ignorando a perspectiva do significado, e a concepção de não sermos parte da natureza, não promove um progresso em

relação à consciência com a Terra. As apropriações de alguns termos dos brancos pelos povos primevos não representam apenas um discurso elaborado, evidenciam uma visão de mundo, uma luta política legítima, bem como, a necessidade em comunicarem-se em benefício da Terra (KOPENAWA; ALBERT, 1995).

Ainda que os saberes tradicionais desenvolvam-se e transformem-se dentro das comunidades indígenas através da transmissão de conhecimento entre pessoas, os autores Rodrigues e Santos (2014) alertam para a ameaça que culturas externas possam provocar por meio da intervenção e exploração desses conhecimentos tradicionais, procurando apropriarem-se tanto dos saberes das culturas indígenas, quanto interferirem nas diversas formas de fazer. Apesar da cultura estar sempre em movimento e, portanto, transformações constantemente ocorram, aos povos indígenas essa influência se deu, muitas vezes, de forma evidente e imediata, como quando pressionados à utilização de materiais alheios às suas culturas, quando submetidos à confecção de objetos padrão entendidos como mais rentáveis, assim como de maneiras menos perceptíveis, cujas consequências somente serão sentidas a longo prazo, como a poluição e o desmatamento indiscriminado. Ferrazzo (2011) corrobora e exemplifica que ao serem forçados à sobrevivência, foi imposto que mudassem determinados hábitos culturais, como o costume de confeccionar cerâmicas pelas famílias Kaingang, prática que, segundo a autora, se perdeu devido à falta de disponibilidade de matéria-prima. Especula-se também que a introdução de objetos industrializados no cotidiano das pessoas indígenas, como o alumínio e o plástico, tenha justificado, em parte, o desaparecimento das cerâmicas dos grupos nativos.

A produção artesanal quando é inserida no grande mercado distancia-se da maneira de fazer tradicional, pois utilizam-se materiais como anilina e outros fios artificiais, resultando na perda de significado da expressão estética indígena, ademais, reificam-se os objetos cerimoniais cuja função e significado estão vinculados às cosmologias indígenas (RIBEIRO, 1983). Além disso, um dos diversos efeitos do desmatamento indiscriminado das florestas brasileiras revela-se na troca do conteúdo extraído naturalmente pela anilina, a escassez da matéria-prima motiva a utilização do produto químico. Este composto líquido usado para o tingimento de diversos materiais é próprio da nossa cultura, sendo a anilina, então, uma intervenção imposta nas comunidades indígenas. A substituição do produto natural pelo artificial produz um efeito que torna o artesanato menos característico e

consequentemente atribui a ele menor qualidade (NÖTZOLD; SALVARO; SILVA, 2006).



Figura 6 - Cesto colorido com tampa produzido em palha  
Fonte: Imagem elaborada pela autora, 2022.

A alternativa ao produto natural é procurada possivelmente também para atingir tonalidades diversas, produzindo, às vezes, objetos quase totalmente ou inteiramente coloridos. Acerca da tonalidade natural, a tinta de urucum é comumente utilizada para tingir as tiras que, mais tarde, constituirão as cestarias. O urucum é o fruto do urucuzeiro ou urucueiro, uma planta cujas sementes detêm um pigmento avermelhado (FERRAZZO, 2011). Além do pigmento extraído da semente de urucum, a cor preta extrai-se do carvão do pinheiro queimado e fervido em água, a cor vermelha também alcança-se através do cipó de guabiroba. Existe ainda uma

discussão acerca da impermeabilização das cestarias indígenas. Alguns pesquisadores defendem que o emprego dos cestos impermeabilizados evidenciam a ausência de peças feitas em cerâmica. Por outro lado, outros autores afirmam existir um processo transitório entre o trançado e as cerâmicas, de maneira a dar sentido ao efeito da impermeabilização (NÖTZOLD; SALVARO; SILVA, 2006).

Ao fazerem parte e constantemente interagirem com a natureza e a manutenção dela, os grupos indígenas evidenciam um forte vínculo com os diversos seres, assim, é reproduzida naturalmente a conduta de cuidado com a biodiversidade. Ao depender do contato com a natureza, os habitantes das florestas sobrevivem e evoluem suas próprias culturas. À medida que atentamos ao discurso sobre educação ambiental propagado por pessoas indígenas, possibilita-nos, pouco a pouco, a apreensão acerca dos conhecimentos tradicionais saudáveis aos ecossistemas e a relação de renovação necessária para a terra, propiciando, assim, acolher as gerações seguintes. Ressalta-se também a imprescindibilidade na preservação dos direitos coletivos dos povos indígenas em nossa sociedade, sobretudo, por meio de organizações bem intencionadas, documentos e leis, pois a vida em comunidade assegura a essas pessoas o desenvolvimento de suas culturas, suas terras, idiomas e religiões (RODRIGUES; SANTOS, 2014).

## **2. Para além do objeto precificado**

Pensar o artesanato além da perspectiva de um possível objeto precificado instiga o pensamento acerca da relação diversa entre o objeto e outros agentes e fatores. Importa também a trajetória percorrida entre a escolha do material até o último manejo, bem como, a sua inserção no universo social. De imediato pensa-se apenas quanto ao objeto acabado e precificado, ignorando, assim, a sua trajetória e as habilidades empregadas em sua produção. Pensar sobre o processo do artesanato, por outro lado, significa compreender seus vários estágios e as diversas relações do grupo que o envolve. Muitas vezes o que dita a produção das peças não é apenas o incentivo do mercado, depende também da motivação e disposição de quem produz. A renda, portanto, não é o resultado principal, pois, é volúvel, o que é determinante são as circunstâncias e aspectos da produção (FARACO, 2015). A autora apresenta em sua dissertação uma breve descrição sobre a produção do artesanato em madeira pesquisado por ela, os chamados “bichinhos”:

A descrição desta cadeia operatória sugere uma divisão em três etapas fundamentais, dentro das quais se elege sequências relevantes para a compreensão do processo. São elas: a preparação da madeira, que descreve desde a escolha da árvore até seu refinamento na etapa que antecede o trabalho de entalhe; seguida da etapa escultural, na qual o artesão inicia o tratamento da forma definitiva do bichinho; e por fim a pirografia das peças, fase final de acabamento com o uso do fogo (FARACO, 2015, p. 44).

Não se apegando às expectativas e ao imediatismo do mercado, os artesãos têm a liberdade em definir quais peças confeccionar ou como confeccioná-las e quando faz-se o melhor período. Em uma circunstância ideal, a árvore mais acertada para determinada peça é recolhida somente após o artesão certificar-se de sua condição, sua firmeza e espessura, inclusive o formato da madeira é considerado. Além disso, aos guardiões da mata é pedida a autorização para intervir em seu interior, como um gesto de respeito. O tamanho da árvore retirada determinará a quantidade de bichinhos que serão confeccionados. No espaço de um palmo tem-se a possibilidade de acomodar um tucano, enquanto para uma onça, será necessário o espaço de um palmo e meio a dois palmos. Para a manipulação da madeira, em alguns casos, utiliza-se a madeira verde por ter a possibilidade de manipulá-la conforme queira, para somente depois a etapa da secagem ser realizada. Em algumas circunstâncias apenas uma parte do tronco de uma árvore é utilizada, enquanto a outra parte não é aproveitada para a confecção da peça. O diferencial da peça de artesanato está em promover o valor simbólico, não o mercadológico, para isso, a intenção não está em confeccionar o maior número de objetos, a fim de obter maior lucro, pretende-se trabalhar com a melhor parte da madeira, priorizando e valorizando o processo do artesanato (FARACO, 2015).

À medida que o processo artesanal for conduzido, utiliza-se uma faca para esculpir o objeto. Trata-se de um instrumento pequeno e sem serra. Quando utilizado para a produção dos bichinhos, por exemplo, os artesãos inevitavelmente machucam-se com o instrumento cortante e, também, no momento posterior, durante a etapa da pirografia. Durante o processo do ferro em contato com a madeira, produz-se, além da fumaça, um ruído, os artesãos atribuem a esse ruído o lamento dos bichinhos. Ainda para o processo de produção das peças artesanais, diz-se que não se deve olhar demasiadamente para as sementes plantadas, pois dificulta a percepção acerca do crescimento das plantas. Em virtude disso, depois do plantio recomenda-se deixá-las até que cresçam ao ponto de dar continuidade ao

processo. O preço final atribuído à peça, por vezes, pode variar de acordo com o nível de dificuldade de execução ou em virtude da dificuldade em encontrar o material ideal (FARACO, 2015).

Afora sua utilização como matéria-prima para o artesanato, as plantas, através de suas propriedades, são utilizadas de forma a atrair a caça. Todavia, essa atividade tem sido cada vez menos praticada pelas pessoas indígenas, sobretudo devido ao avanço da extinção dos animais e do progressivo extermínio do ambiente em que vivem. Nesse sentido, as plantas, por meio de banhos e soluções, continuam com o mesmo propósito em atrair, visando, dessa vez, aproximar as pessoas que compram o artesanato. Ademais, os indígenas estimulam, por meio de soluções extraídas das ervas, a destreza necessária para que o artista desempenhe sua função de modelagem e trançado (BREGALDA, 2010).

Conforme argumenta Faraco (2015), apesar de os artesãos conhecerem os animais que esculpem, por frequentemente os verem, como os tucanos ou os tatus, ou por vê-los em alguma ilustração, como as girafas, ou as figuras imaginárias, como as sereias, não existe um comprometimento com a realidade, eles utilizam esses modelos como influência para a concepção de suas peças. A autora ainda afirma que é mais provável que a peça já pronta se assemelhe mais ao animal esculpido pelo pai do artesão, através do conhecimento transmitido por ele, do que com o animal tal qual realmente aparenta. De forma alguma o artesanato deve ser compreendido como uma representação, uma vez que ele não é concebido com esta finalidade e não é confeccionado a partir da realidade tratada. São diversas as relações e conhecimentos que influenciam no resultado final, por essa razão, não deve-se reduzir o artesanato a uma busca perfeita por uma representação da realidade. O bichinho renuncia à realidade, é fruto da criatividade do artesão, influenciado pelas experiências e aprendizados próprios. É nesse sentido que o bichinho bem feito se aproxima do ideal de beleza mais do que o bichinho bem representado, aquele que é mais parecido com o real afasta-se daquele que é particular da própria criatividade, pois este evidencia a trajetória do artesão e a forma cotidiana com a qual ele trabalha.

As representações demarcadas nos objetos e nas pessoas, os grafismos, são traçadas por meio de linhas e formas que podem traduzir os significados e símbolos das culturas indígenas. Em algumas cosmologias podem representar os caminhos que filtram e conduzem a mundos distintos. Em alguns casos,

identificam-se as peças de cada grupo por meio dos grafismos e trançados de cada aldeia. Ferrazzo, em sua dissertação explica acerca das representações gráficas dos objetos indígenas do grupo Kaingang.

As cestarias de características morfológicas de posições e espaços considerados compridos, longos, abertos, são denominados Kamé, portanto pertencem a esta metade clânica, já os aspectos morfológicos, de posição e espaços vistos como redondos, quadrangulares, losangulares, baixos e fechados representam a metade clânica Kairú. Cada artesanato tem um significado dentro da cosmovisão Kaingang, pertencendo sempre aos Kamé ou aos Kairú (FERRAZZO, 2011, p. 36).

Os grafismos indígenas Kaingang demarcados nos objetos produzidos tanto em palha quanto em cerâmica expressam uma dualidade. A metade *kamẽ* e *kanhru* pode indicar a condição de pessoa casada ou solteira, atribuída à pessoa que produziu e também da parte cosmológica a qual pertence. Existe também a diferenciação entre os grafismos atribuídos às mulheres e aos homens. Nas cestarias e nas cerâmicas é comum que os grafismos das duas metades sejam gravados na mesma peça, isso evidencia que o objeto pode interagir com o contexto de uma família em que pessoas *kamẽ* e *kanhru* relacionam-se. Por meio do formato das folhas e seus tons, pressupõe-se, também, uma maneira de identificação das plantas à metade clânica que lhe compete. (BREGALDA, 2010).

No entanto, ainda que os grafismos sejam dotados de significados e simbologias dentro da cultura indígena, no que tange à maioria dos objetos que são destinados à venda, os grafismos não possuem sentido algum, os trançados são comuns, quadriculados ou sarjados e frequentemente coloridos. As representações existem, em realidade, orientadas no propósito de atingir uma maior parcela do grande mercado, pois ainda persiste a relação predatória que resulta, via de regra, em uma condição para a sobrevivência das pessoas indígenas, isto é, somente através da exposição de peças precificadas e do contato interétnico imposto que essas pessoas têm a possibilidade de subsistirem (NÖTZOLD; SALVARO; SILVA, 2006).

Algumas peças indígenas são produzidas independentemente de seu valor de mercado, cestos e balaios são feitos frequentemente no espaço cotidiano, enquanto os bichinhos de madeira são produzidos com a pretensão de serem comercializados. Os diversos artesanatos evidenciam o tempo presente das pessoas indígenas. Ao mesmo tempo que são testemunhos da conduta opressora dos não-indígenas, são símbolos que não representam o ponto de vista mítico ainda

que possam exprimir narrativas sobre suas origens, entretanto, traduzem um passado coercitivo e um presente de transgressões (FARACO, 2015).

Atribuir significado à peça pronta é de maior relevância aos potenciais compradores do que às pessoas indígenas artesãs. Nesse sentido, é importante que o comprador adquira uma peça dotada de simbologia, ainda que as representações e símbolos indígenas não sejam do cotidiano dos não-indígenas. Embora, via de regra, o que se espera das narrativas indígenas seja um apelo mitológico em relação ao artesanato, o que se tem é a perspectiva da realidade passada por estas pessoas. Existe, por outro lado, uma projeção no artesanato, arraigado por meio de um discurso mercadológico, para que as peças sejam mais atrativas aos não-indígenas.

A história social das coisas interfere na trajetória vivida pelas pessoas. A forma do objeto, então, pode também influenciar nos significados de cada trajetória. Primeiramente, o artesanato indígena era empregado, mormente, como instrumento de uso próprio desses povos. Tornou-se, então, um meio de comercialização, ocorrendo um desvio em sua trajetória e significado. Nos dias atuais, contudo, pode-se dizer que esse desvio estabeleceu-se de maneira a entendermos o artesanato como objeto decorativo, além de sua utilização doméstica (BREGALDA, 2010).

Ao deparar-se com o artesanato concluído, é fundamental perceber e identificar os processos atravessados pelo objeto. Compreender a importância desse trabalho primordial desde o primeiro momento de criatividade, bem como, reconhecer a habilidade e o valor das mãos que desenvolveram e finalizaram a peça, significa respeitar e visibilizar as culturas indígenas por meio da atividade do artesanato. Faraco salienta a necessidade em considerar o percurso dos materiais que constituirão o produto final:

O bichinho guarani apreendido enquanto coisa admite a primazia do enfoque sobre seus processos de formação mais do que no produto final, seguindo as diversas linhas que o compõem. Trata-se de seguir os fluxos e forças dos materiais através da “itinerância”, um processo aberto e improvisativo em que aduzimos nosso próprio engajamento com o mundo. As linhas que se formam na interação com a matéria constituem sua história (FARACO, 2015, p. 101).

As artes ameríndias nos convidam a perceber os aspectos, sobretudo, estéticos dos corpos e a capacidade transformacional que as formas assumem. Elas são marcadas por um “minimalismo figurativo”, estas formas e formatos não estão



interessados em tão somente mostrarem-se, eles sugerem algo além, de maneira a ocultar seus significados. As imagens não intencionam representar ou reproduzir de maneira quase fiel os acontecimentos do mundo, elas nos provocam a enxergar outras perspectivas, furtando-se das obviedades (LAGROU, 2009).

Um objeto pode unicamente representar a realidade dele próprio, sem estar comprometido em refletir uma realidade alheia. O objeto torna-se sujeito e age perante o mundo de sua própria maneira. Tanto pessoa como objeto são resultado de uma produção, pensamento e/ou conhecimento que podem representar e comunicar, mas, sobretudo, são capazes de agir no mundo. Para a etnia Kaxinawa, os grafismos marcados sobre a pele, por exemplo, muitas vezes não comunicam algo, por outro lado, intencionam conectar os corpos e, também, cobrir a superfície, a fim de servirem como filtros para a posterior intervenção dos rituais sobre os corpos (LAGROU, 2009).

O aprendizado sobre o artesanato permite-nos pensar acerca das variadas interpretações sobre seu processo, não limitando-se somente às interpretações usuais ou a sua apresentação superficial. É a partir do estudo dos processos que o contexto apresenta-se essencial, o percurso do artesanato não reduz-se ao produto final comercializável fechado e emoldurado em um conceito raso de materialidade.

### **3. As cosmologias em atividade**

#### **3.1. Um apelo indígena**

Ao dedicar-se ao entendimento da cosmologia dos povos primevos é possível conhecer a razão por trás da ordenação dos seres no universo, ela conduz à compreensão das diversas formas de relação entre humanos e não-humanos em plena coexistência. O caráter anímico vinculado às cosmologias indígenas fundamenta uma complexa rede de relações entre objetos e pessoas, conferindo a eles vida e espírito, assim, declara-se a capacidade de transformabilidade de todos os seres no universo.

Para a cosmologia indígena, os *xapiri* são os espíritos que resguardam os seres, combatem a fome e os sofrimentos, atuam junto aos xamãs para afastar as epidemias que assolam a Terra. Os *xapiri* aparecem durante os sonhos e também são invocados por meio de rituais e danças. Desprovidos deste amparo, as chuvas, os ventos e os raios caíam intensamente e continuamente sobre a terra. Os

espíritos malignos apossariam-se dos seres e, ao final, provocariam a queda do céu (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

A perspectiva indígena explica a subversão que a atividade de garimpo provoca no equilíbrio da Terra. A violência exercida pelos brancos é entendida pelos indígenas como resultado da própria ignorância. Os xamãs enxergam e detêm o conhecimento sobre a natureza, já os brancos, existem imersos na abstração de consumo, viciados em produzir e reproduzir suas invenções e logo padecem dependentes delas. Desde a corrida do ouro, na década de 80, a etnia Yanomami é violentada pela atividade do garimpo, que causa impacto de forma tanto epidemiológica quanto impacta a estrutura do sistema da natureza. Através do olhar indígena, estabelece-se uma relação entre a extração do ouro e as epidemias que sufocam a Terra. Nesse sentido, o ouro e os demais metais estariam escondidos e inertes sob a terra para a proteção das florestas e dos seres, pois representam um “anti-alimento”, portanto, se elevados à superfície podem ocasionar doenças. O ouro, enquanto pedra bruta, é concebido como um ser vivo, entretanto, quando é fervido e ferido, logo morre e dele emana uma perigosa fumaça. Além do ouro, os outros metais quando feridos exalam um veneno que é disseminado pelo céu e invade os corpos dos seres (KOPENAWA; ALBERT, 1995; 2015).

O conceito de poluição foi assimilado através do entendimento de que as fumaças patogênicas consistem na figura do “espírito da epidemia”, somente enxergadas pelos espíritos auxiliares dos xamãs. Os indígenas yanomami narram e apontam os agentes dessa catástrofe, os brancos, como “os devoradores da terra”. A figura tem o aspecto do humano branco, em movimento ele corta as gargantas das vítimas e remove suas peles para depois armazená-las em caixas ou latas. Ainda que sejam os responsáveis pela disseminação desse “sopro” que polui, os brancos também são atingidos por essa epidemia, no entanto, o mal é atribuído a outra causa, logo, pensam morrer de uma doença comum. O apelo indígena para que os brancos ouçam os *xapiri* é explícito e manifesto. Todavia, compreende-se a impotência do xamanismo em razão da dimensão da catástrofe sofrida pela Terra. Segundo esta perspectiva, com o extermínio dos xamãs e, portanto, sem eles para conter o declínio do céu, a consequência para esses acontecimentos acarretará em uma crise escatológica (KOPENAWA; ALBERT, 1995).

### 3.2. Os objetos nas cosmologias indígenas

As técnicas para a produção do artesanato não se limitam às habilidades pessoais ou ao contato com a peça, elas evidenciam também as várias relações sociais desenvolvidas durante o processo. É através da prática que emergem os significados das tradições, as cosmologias e os ensinamentos. Ademais, a produção de conhecimento concerne à criação constante e à prática executada em conjunto, envolvendo várias experiências e fatores externos.

Os objetos confeccionados por pessoas indígenas são parte de suas narrativas e de seus imaginários, são tanto formas materializadas que contribuem para a construção das pessoas indígenas, quanto motivam a produção de imagens e sonhos que colaboram no sustento da cosmologia dos povos. Todavia, não se tratam apenas de objetos inertes, são seres atuantes na história indígena e detentores de uma trajetória.

O conhecimento adquirido e aplicado para a produção de determinado objeto faz-se de muita importância, sobretudo no que diz respeito ao artesanato indígena. Muito mais do que a prática da elaboração, o envolvimento da pessoa com o objeto, bem como, a intencionalidade e significação atribuídas aos objetos reforçam a indispensabilidade em preservar o relacionamento entre os não-humanos e os humanos. Alguns objetos do cotidiano indígena, além de instrumentos domésticos, são também instrumentos atrelados à cosmologia. As peneiras, por exemplo, são utilizadas como formas de conter e afastar as tempestades. Além disso, o apelo aos objetos também se dá com o propósito de proteção, crianças indígenas com idade até doze anos utilizam colares para que seres malignos não as acometam. À vista disso, as formas que adornam os corpos emprestam aos indígenas determinadas subjetividades, assim, os não-humanos oferecem proteção contra os espíritos malignos e também são empregados com o propósito de combater seus inimigos (BREGALDA, 2010).

A perspectiva ocidental a respeito do corpo reduz-se a qualificá-lo como um objeto que unicamente reflete-se socialmente sobre os indivíduos. No entanto, o corpo não é destituído de identidade, alma, cosmologias e experiências. Há ainda uma insistência em procurar compreender as estruturas, as organizações e os relacionamentos dos povos indígenas a partir de conceitos e estudos da sociedade dominante (DA MATTA; SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Contudo, os

autores contrapõem-se à ideia prescrita dessa sociedade e refutam o entendimento raso acerca da relação entre corpo e pessoa:

Ele, o corpo, afirmado ou negado, pintado e perfurado, resguardado ou devorado, tende sempre a ocupar uma posição central na visão que as sociedades indígenas têm na natureza do ser humano. Perguntar-se, assim, sobre o lugar do corpo é iniciar uma indagação sobre as formas de construção da pessoa (DA MATTA; SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p.04).

Além de prover a base para identidades e funções na sociedade, o corpo é atividade, é carregado de significações e de pensamentos. Tudo aquilo que é tangível produzido por indivíduos concerne àquilo que é elaborado entre pessoas, cujo contexto faz-se essencial nessa relação. A corporalidade é fator edificante para as cosmologias nas sociedades indígenas. As etnografias atuais continuam necessitando recorrer aos estudos sobre corporalidade para entender como estruturam-se os grupos indígenas e o valor da cultura material para esses povos (DA MATTA; SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

As cosmologias indígenas definem os seres não simplesmente por humanos e não-humanos, existe, porém, uma diferença de grau. Para alguns povos, cabe às plantas e aos animais um caráter similar ao dos humanos, atribuindo-os às emoções e à capacidade de comunicação. Através do caráter de humanidade atribuído a esses seres, pensa-se que os objetos confeccionados a partir deles, além de configurarem como simbólicos, também adquirem caráter de pessoa, já que são carregados de intencionalidade e alteridade. É a partir do corpo ameríndio que são evidenciados os saberes resultantes da conexão entre os humanos e os não-humanos. Na visão das sociedades indígenas, o processo de construção de uma pessoa se dá também por meio da materialidade representada por esse corpo (BREGALDA, 2010).

Ocorre a incorporação de determinados aspectos e artefatos, aliado às suas capacidades em agir, pertencentes ao “outro” na constituição do “eu”. Para alguns universos míticos, como na etnia Kaxinawa, existe a relação de apropriação tanto das pessoas quanto dos objetos e as suas propriedades. Nesta relação, os corpos quando conquistados e capturados, incorporam as capacidades agentivas inerentes do “outro”, agregando poder ao “eu” através da matéria-prima por ele concebida e utilizada (LAGROU, 2009).

A partir do conceito de incorporação, pode-se dizer, também, que em geral as

comunidades indígenas absorvem as influências externas com vista à concepção dos seus processos artísticos. Através da conquista ou negociação, a inserção de referências e objetos de outros grupos em seus núcleos sociais e o posterior processo de transformação experienciado por esses objetos, constata-se a relação de incorporação dos aspectos e propriedades provindas do “outro”. Esse vínculo não se dá necessariamente da mesma maneira, podendo, então, ocorrer a rejeição, bem como a aceitação dos artefatos no imaginário indígena. É inerente ao ser humano a sociabilidade. Formas como objetos, grafismos ou gestos são veículos de ações e pensamentos acerca do espaço no qual se vive. Desse modo, assim como os objetos que se moldam e desenvolvem suas identidades, a construção do corpo se dá também por meio da convivência em sociedade. Para tanto, os rituais praticados nas culturas nativas são imprescindíveis para a fabricação dos corpos (LAGROU, 2009).

Segundo Lagrou (2009), existe também a associação entre os objetos do cotidiano do branco com o “poder de contágio” que provém do próprio branco. Um exemplo são as miçangas pertencentes ao universo dos brancos que, quando entregues aos indígenas, adentraram nas peles e externaram-se bolhas vermelhas. Para a etnia Wayana, as miçangas podem também desempenhar função de representação do “outro”, por meio de um motivo listrado que remeta a alguma bandeira ou outras referências vinculadas à sociedade dominante. Nesse sentido, a importância está para além do conhecimento contido em determinado objeto, importa também a maneira como utilizam-se deste conhecimento, como incorporam o saber através da arte.

De acordo com Baptista da Silva (2002 *apud* BREGALDA, 2010), há uma dualidade no relacionamento entre os habitantes das florestas e o todo, a natureza. Ao mesmo tempo que lhes é conferido certo domínio em relação ao manejo dos sujeitos que compõem a Terra, são esses mesmos sujeitos que lhes causam temor.

As representações relativas ao mato – o “matão” Kaingang – são de uso comum e referidas com bastante regularidade. As ervas – os remédios – vêm do mato; o iangrê – ser que dá poder ao kuiã (xamã) – é do mato, necessita ser selvagem, não podendo ser bicho “inteligente” ou bom, isto é, não pode ter semelhança simbólica com o mundo social; nas orações ou rezas, especialmente às ligadas a rituais de morte, os nomes de animais do mato são inúmeras vezes repetidos; nas “curas” esses nomes aparecem, também; a grande maioria dos nomes masculinos e femininos Kaingang provém do mato; e a própria pintura corporal, que é obtida do carvão de certas plantas, é simbolicamente proteção que tem origem no mato. São, todas estas invocações simbólicas de forças e poderes oriundos do

“matão”. Paradoxal e compreensivelmente, o “matão” causa grande temor aos kaingang (BAPTISTA DA SILVA, 2002, p. 195,196).

Destacar a importância dos não-humanos no contexto indígena quer dizer também apontar a indispensabilidade da natureza para esses grupos. Os elementos da natureza são dotados de espiritualidade e de capacidade de comunicarem-se, sendo, nesse sentido, tratados como pessoas. Disposto deste contexto, respeita-se o ciclo de cada sujeito, assim como o manejo necessário para assegurar a reprodução de cada espécie. A natureza também interfere na noção de tempo no cotidiano indígena, através da colheita de algum ser, a partir do seu comportamento no ambiente e, inclusive, o florescimento de uma planta interfere no tempo de colheita de outra. Aliado a isso, mais do que corpos bonitos, os humanos e não-humanos têm de constituírem-se de força e resistência. As fases da lua também interferem nesses corpos, como por exemplo no plantio, na colheita, no tempo de descanso do material recolhido, para que possam permanecer duráveis e resistentes (BREGALDA, 2010).

Em conformidade com o já exposto, Ingold (2013) argumenta que ao pensar em um mundo habitado sobre as diversas superfícies que estão nele e em uma vida experienciada e em movimento, declina-se acerca da concepção de um mundo como um grande espaço, cuja superfície, homogênea e uniforme, existe apenas para os seres vivos locomoverem-se. Segundo Lagrou (2009), um aspecto determinante na cosmologia de alguns povos nativos diz respeito à incapacidade de tornar o mundo finalmente acabado, os acidentes e imperfeições são os eventos que fazem do cosmos um lugar em constante transformação.

O animismo ajusta-se a uma condição de existir no mundo, está vinculado às percepções e às experiências em relação ao contexto, o mundo existe em constante mudança. Pesquisadores da área da psicologia sugerem que as crenças animistas estão enraizadas em uma tendência inconsciente dos seres em tomar ações como se objetos inanimados possuíssem vida. Argumentam ainda que na impossibilidade de confirmar a vida em um corpo, a melhor posição é precaver-se assumindo que, de fato, há vida. Não se trata, portanto, em atribuir simplesmente espírito ou ação às materialidades. De outro modo, evidencia-se um processo muitas vezes inconsciente em corroborar a possibilidade de vida. Além disso, denota-se um processo dotado de capacidade de transformação nas relações, seja entre objeto ou pessoa, tornando possível a existência do ser (INGOLD, 2013).

Segundo Viveiros de Castro (1996 *apud* BREGALDA, 2010), a humanidade é a condição natural dos seres, não a animalidade. A partir desse ponto de vista, supõe-se que os animais perderam os atributos que os definiam como humanos, eles são, então, ex-humanos, todavia, os humanos não são ex-animais. A noção do perspectivismo explica que através de um outro corpo e perspectiva entende-se que os humanos enxergam-se como humanos e julgam os animais como caça, enquanto os animais percebem-se como humanos e julgam os humanos como caça. A percepção está relacionada puramente a enxergar-se como tal, e não está aliada a conceitos predeterminados. A noção de perspectivismo também relaciona-se à cosmologia indígena. Da mesma forma que os humanos percebem os animais como caça, os espíritos malignos vêem-se, por conseguinte, enquanto humanos e vêem os humanos como caça.

Uma constituinte essencial para os grupos nativos revela-se, então, na corporalidade. Está presente tanto nos processos de construção dos corpos, quanto nos processos de destruição. Está atrelada à cosmologia dos povos e estrutura o crescimento individual e coletivo. A corporalidade associa-se, também, à manutenção da vida saudável. Por outro lado, o decurso da morte apresenta-se substancial para o equilíbrio terreno e espiritual. Para a cultura indígena, o corpo morto e os pertences vinculados à pessoa necessitam ser destruídos, em razão não somente do que representam às pessoas vivas, mas porque constituem um vínculo potencial com a Terra, havendo a possibilidade de provocarem perigosidades aos que permanecem, assim como, doenças e mortes (BREGALDA, 2010).

Ao passo que a cultura indígena distingue-se pelo costume de destruir os pertences de uma pessoa morta, pois a prática evidencia a valorização da liberdade e a abnegação às coisas materiais, os não-indígenas, por outro lado, apegam-se, cada vez mais, às mercadorias e aprisionam-se a elas. A insistência em ignorar a morte ou existir o máximo possível sobre a terra, não denota o desejo pela vida, mas a avidez pela mercadoria que dificilmente extingue-se (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Davi Kopenawa, em seu relato, exterioriza acerca da diferença de posicionamentos entre o seu povo e os brancos:

“Os brancos nos chamam de ignorantes apenas porque somos gente diferente deles. Na verdade, é o pensamento deles que se mostra curto e obscuro. Não consegue se expandir e se elevar, *porque eles querem ignorar a morte*. [...] *Para nós, a política é outra coisa*. São as palavras de Omama e dos xapiri que ele nos deixou. São as palavras que escutamos no

tempo dos sonhos e que preferimos, pois são nossas mesmo. Os brancos não sonham tão longe quanto nós. *Dormem muito, mas só sonham consigo mesmos*” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 37).

A desvalorização dos sonhos expressa pela conduta do “povo da mercadoria” revela um egoísmo inerente combinado a uma individualidade incapaz de perceber a humanidade presente nos corpos considerados não-humanos. A sociedade consumista “sonha com o que não tem sentido”, assim, valorizamos e sonhamos com coisas, enquanto as vivências e os sonhos, deveriam envolver e concernir, sobretudo, às pessoas (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Existe um debate acerca da exposição hostil de objetos e corpos indígenas em instituições como museus, uma problemática que envolve os princípios de ética e estética. O apelo das pessoas indígenas aos brancos se refere justamente a enxergá-los como pessoas e não coisas a serem expostas. Bregalda expõe em sua dissertação uma medida determinante que visa a restituição de restos mortais e materiais ao domínio dos povos indígenas:

Um marco importante no debate sobre a restituição de objetos e restos humanos indígenas no Brasil foi a elaboração da Carta da Terra na Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio-92. Assinada e apoiada por um grande número de associações nacionais e internacionais e por indígenas de pelo menos 50 coletivos indígenas brasileiros, a carta dedica um item, de número 88, que declara que os “restos humanos e objetos materiais das populações indígenas devam ser devolvidos a seus donos originais” (BREGALDA, 2010, p. 122).

Algumas medidas sugeridas por antropólogos agregam ao debate sobre a exposição de pessoas indígenas. Uma das propostas diz respeito à criação de espaços que contemplem esses objetos exatamente onde foram encontrados, para que não sejam transportados e divididos em diversos museus. O envolvimento necessário de indígenas discutindo sobre a problemática também abre a possibilidade de alcançar mais medidas assertivas com o propósito de evitar eventos hostis. Na área da Arqueologia a atuação também tomou uma nova perspectiva, sobretudo, no que diz respeito aos territórios que permanecem habitados. Foi motivada a participação de pessoas indígenas a fim de melhor orientarem os profissionais da área para que sejam estabelecidos limites nas escavações e para que novas discussões e perspectivas fossem contempladas (BREGALDA, 2010).

Ingold (2013) alerta que ao considerar o mundo um “objeto de preocupação”



a ciência se distancia da verdadeira problemática, a ciência percebe-se acima do que busca entender e desvendar. O autor complementa que enquanto cientistas, o saber sobre determinada circunstância afasta o estar no mundo, este grande espaço sobre o qual tanto pesquisam. A ciência, portanto, depende tanto da observação quanto da ação, a interação com os aspectos do mundo possibilita uma abordagem eficiente e coesa no trabalho científico, de modo a reafirmar a perspectiva de que o saber e o ser tem de estarem unidos.

Quanto mais coisas são produzidas, maior se torna a preocupação em imortalizá-las. Os espaços de salvaguarda estão repletos de coisas a serem lembradas, mas acostumamo-nos a esquecer das pessoas. A herança cultural da sociedade dominante está centrada no acúmulo de objetos concentrados em um complexo ainda maior. Na cultura indígena, no entanto, ainda que as coisas sejam feitas com a intenção de que perdurem, esses objetos são, via de regra, dispersos ou destruídos por razão de morte do possuinte ou, em alguns casos, tornam-se presentes a outras pessoas, assim, os conhecimentos adquiridos ao longo da existência constituem parte dos corpos (BREGALDA, 2010).

A herança cultural, por outro lado, está nas próprias pessoas. Para os povos indígenas, os ensinamentos não são reproduzidos em folhas de papel, são preservadas em suas mentes, para que a comunicação entre pessoas seja a prioridade. São, então, as pessoas e as experiências que importam serem cultivadas, não as coisas. O processo criativo ao longo de suas vidas é estimulado e promovido. As pessoas, à medida que socializam, relacionam-se também com os objetos e os seus processos de criação, reprodução e posterior destruição, pois assim como as pessoas, os objetos têm um tempo definido de vida. A criatividade e a estética confraternizam e evidenciam uma parte imprescindível da cultura indígena.

#### **4. Considerações Finais**

A partir desta pesquisa foi possível reunir algumas perspectivas acerca da problemática que permeia o artesanato e também a comercialização do mesmo. A partir disso, foi provocado o questionamento a respeito das possibilidades de intervenção, dentro do contexto das práticas do artesanato, acerca da situação vigente das comunidades indígenas, podendo confrontar as alternativas tangíveis, tendo em vista prosseguir apesar da imposição em existir sob o sistema capitalista.

Pôs-se em destaque também o intrínseco relacionamento da pessoa indígena com a natureza e a urgente necessidade de todas as sociedades de conscientizarem-se a respeito da imprescindibilidade de todos existirmos como integrantes da natureza, não apartados dela. E, ainda, evidenciou-se o dever de enfrentar e combater discursos e ações preconceituosas, injustamente cultivados por nossa sociedade, contra os povos nativos e suas organizações.

No que se refere aos processos de transformação, apesar de existirem perante as diversas mudanças que envolvem o mundo, os povos nativos ainda resguardam e persistem movidos pelos costumes que os acompanharam durante os anos. Todavia, deve-se ressaltar que são, também, influenciados por transformações externas, bem como, àquelas operadas pelo tempo presente, não constituindo, portanto, necessariamente um processo avesso ao tradicional.

É indissociável discutir os objetos indígenas, seus significados, representações e ações das várias formas e estilos decorativos e, as cosmologias, suas organizações, concepções e conexões com o mundo. A fim de agregar à pesquisa, tornou-se importante pensar a respeito dos espaços que os objetos artesanais indígenas integram e de que formas interagem com as sociedades nativas. As variadas sensações e reações que provocam e como interferem nas realidades que compõem os grupos.

A relação inseparável de arte, pessoa e cultura material evidenciou que através deste encadeamento no mundo indígena torna-se possível conferir vida a outros seres, bem como, incorporar e assumir outras identidades e suas qualidades agentivas. A arte impregnada nos corpos e nos artefatos, que ora comunicam, ora agem ou provocam reações diversas, constitui parte necessária da vida indígena. Os conhecimentos antigos e atuais aplicados nas diversas práticas e realizações do cotidiano aliados ao vínculo com a natureza e as divindades traduzem a maneira de viver dos povos indígenas.

## Referências:

BREGALDA, Damiana. Humanos, não-humanos, seus corpos, seus desenhos: a cosmologia kaingang em questão; Imagens, sonhos e formas: Associações e relações entre ontologia kaingang e a perspectiva museológica. In: **A arte kaingang da produção de objetos, corpos e pessoas**: imagens de relações nos territórios das Bacias do Lago Guaíba e Rio dos Sinos. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DA MATTA, Roberto; SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A construção da Pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**, in: Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 32, p. 2-19, maio 1979.

FARACO, Julia Marques. **Bichinhos Guarani**: de artesanato a objeto. Florianópolis: Dissertação (graduação em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FERRAZZO, Juliana Casagrande. **Fabricação de artesanatos na aldeia kaingang Capinzal/RS**. Constantina: Dissertação (graduação tecnólogo em Ciências Econômicas) - Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

INGOLD, Tim. **Repensando o animado, reanimando o pensamento**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami**. Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Brasília: UNB, 1995.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGROU, Els. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2009.

NÖTZOLD, A. L. V.; SALVARO, T. D.; SILVA, N. M. **Artesanato Kaingáng: entre usos e desusos da cultura material**. In: PAIM, Elisom Antônio. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2006. p. 31-50.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, 1989, v. 2, n. 3, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral**. Projeto História n° 15, São Paulo, 1997.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **Artesanato indígena: para que, para quem?** In: O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Brasília: Instituto Nacional do Folclore, 1983.

RODRIGUES, Domingos Benedetti; SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos. **A importância do patrimônio cultural dos povos indígenas para a manutenção da biodiversidade e para a viabilidade do desenvolvimento sustentável**, in: Revista Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 5, n. 9, p. 39-72, jan/jun. 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) et al. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.